Indústria Brasileira

Revista da Confederação Nacional da Indústria ▸ Ano 6 nº 52

fevereiro 21

▾ ***PESQUISA ENAI***
Empresas 4.0 reagiram melhor à pandemia

Uma injeção para a economia

Início da vacinação contra a Covid-19 gera otimismo entre empresas, mas redução do Custo Brasil ainda depende de outros remédios

INFRAESTRUTURA ▸ As prioridades legislativas para o setor em 2021
ENTREVISTA ▸ Amaro Sales relata as conquistas da coalizão *Nordeste Forte*
NOVO ENSINO MÉDIO ▸ As histórias das primeiras turmas formadas no SESI e no SENAI

CNI

Sabia que a macarronada que você come passou por diversas etapas até chegar à sua mesa?
Da matéria-prima até você, são diversas etapas industriais que contam com as mãos de muitos brasileiros. Um trabalho feito de pessoas para pessoas e que gera empregos, renda e crescimento para o país. Valorize e consuma produtos nacionais.
Pelo futuro da indústria, pelo futuro dos brasileiros.
www.senai.br
www.sesi.org.br
SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

Carta às leitoras e aos leitores

Depois do choque provocado pela pandemia de Covid-19, é natural começar o ano com mais dúvidas do que expectativas sobre o que virá em 2021. Ainda assim, muitos de nós compartilhamos um viés de otimismo (*optimistic bias*), que é uma tendência cognitiva a acreditar que experimentaremos mais eventos positivos – ou menos episódios negativos.

Neste ano, muitos analistas e empresários acreditam que a vacinação contra o novo coronavírus vai fazer com que, dia a dia, a economia ganhe um ritmo de produção mais acelerado. Ainda estamos longe do padrão israelense, que já imunizou dois terços de sua população, mas ainda assim a aplicação da vacina começa a proteger segmentos importantes – como profissionais de saúde – e vulneráveis – como idosos e idosas, da Covid-19.

Entretanto, não há remédio simples para outra doença que acomete o país há décadas: o Custo Brasil. Contra essa enorme desvantagem competitiva, reformas estruturantes requerem a construção de amplas maiorias no Congresso Nacional para simplificar o arcaico, caro e injusto sistema tributário brasileiro, para reduzir os gigantescos gastos públicos e para aumentar a eficiência do trabalho no serviço público. Além disso, o Ministério da Economia precisa acelerar a agenda de reformas micro, tornando mais fácil e simples fazer negócios no país.

"É preciso simplificar o ambiente de negócios", diz o economista Cláudio Frischtak, sócio da Inter B Consultoria, em entrevista à *Indústria Brasileira*. Segundo ele, avançamos nos últimos anos com as reformas trabalhista e previdenciária. "Mas o grau de insegurança jurídica continua muito elevado e, em alguns aspectos, até piorou. A fronteira das boas práticas avança no mundo e todos nós temos a obrigação de pressionar por mudanças", afirma Frischtak, convocando lideranças a defender ativamente as novas rodadas de reforma.

A prioridade de mudanças que reduzam o Custo Brasil é o tema central desta edição, que também descreve o êxito de empresas 4.0 no enfrentamento aos efeitos da pandemia, conta a história da primeira turma do Novo Ensino Médio formada pelo *Sistema Indústria* e traz uma entrevista com Amaro Sales, que faz um balanço de sua gestão à frente da associação Nordeste Forte.

Boa leitura e, enquanto durar a pandemia, se proteja e proteja as pessoas próximas a você!

Conheça o Sistema Indústria

CNI
facebook ▸ cnibrasil
flickr ▸ cniweb
instagram ▸ cnibr
twitter.com ▸ cni_br
linkedin ▸ cni-brasil
youtube ▸ cniweb

SESI
facebook ▸ SESINacional
youtube ▸ sesi
linkedin ▸ sesi-nacional

SENAI
facebook ▸ senainacional
instagram ▸ senai_nacional
twitter ▸ senainacional
youtube ▸ senaibr
linkedin ▸ senai-nacional

IEL
facebook ▸ IELbr
instagram ▸ ielbr
twitter ▸ iel_br
linkedin ▸ iel-nacional

sumário

edição nº 52 *fevereiro 2021*

6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA
Início da vacinação contra a Covid-19 aponta para uma solução contra a pandemia, mas desafios para eliminar o Custo Brasil persistem, reduzindo a competitividade da indústria brasileira

16 INFOGRAFIA
Saiba quais são e como eliminar os quatro itens mais onerosos do Custo Brasil

18 MÃOS À OBRA
Como os empresários estão cuidando da saúde dos trabalhadores e mantendo a produção e o fornecimento de itens essenciais da economia

22 SILVIA MATOS
Economista do Ibre-FGV critica governo federal por não dar sinais claros sobre o controle fiscal e, com isso, não reduzir incertezas

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO
Seminário RedIndústria reúne dirigentes do setor e debate a *Agenda Legislativa* para 2021

26 COMPETITIVIDADE
Pesquisa mostra que empresas que utilizam tecnologias 4.0 tiveram menos dificuldades para enfrentar os efeitos da pandemia

30 AGENDA LEGISLATIVA
Congresso Nacional tem três projetos de infraestrutura importantes na pauta, que mudam a regulação dos setores de ferrovias, gás e energia elétrica

34 5 PERGUNTAS PARA...
Amaro Sales, presidente da Nordeste Forte, fala sobre as conquistas da associação e os potenciais da indústria na região

36 TERMÔMETRO
Empresários começam o ano menos otimistas, segundo rodada mais recente do ICEI

38 DASHBOARD
Consulte o painel de séries históricas, estudos e pesquisas conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL
Apesar da crise, exportações do Acre aumentaram em 2020, segundo estudo da FIEAC

42 NOVO ENSINO MÉDIO
A experiência da primeira turma de estudantes formada pelo projeto pioneiro do SESI e do SENAI

46 OUTRA VISÃO
Paula Harraca, diretora da ArcelorMittal, escreve sobre a inovação centrada nas pessoas

▲
CLEISON XAVIER
ex-aprendiz do SENAI e trainee do Magalu

pode contar

"O SENAI foi um divisor de águas. O curso era totalmente prático e eu aprendi a soldar e usar máquinas como torno, fresa e plaina. Foi aí que me apaixonei por mecânica e quis cursar. Esse conhecimento me ajudou em outros processos e me fez conseguir a vaga no Baja (competição internacional em que os estudantes projetam e constroem carros off-road). Às vezes, a gente aprende coisas que pensa que não vai usar, mas conhecimento nunca é demais. Sempre vão existir possibilidades de aplicar o que você aprendeu."

Ânimo renovado para as reformas

▸
Robson Braga de Andrade
empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O início da vacinação contra a Covid-19, após um ano extremamente difícil para a saúde das famílias e para a economia global, renovou o ânimo das pessoas em todo o mundo. É reconfortante perceber a volta da esperança nos olhos de quem já teve a oportunidade de receber uma das vacinas que os cientistas desenvolveram em tão pouco tempo. À medida que o número de imunizados crescer, a rotina vai gradativamente se restabelecer, impulsionando a retomada da atividade econômica, mas é preciso garantir a criação de outras condições para o crescimento.

Em todos os países, os governantes devem aproveitar o momento de relativo otimismo para melhorar o ambiente de negócios, retirar os obstáculos ao setor produtivo e estimular os investimentos e a criação de empregos. Obviamente, sairão na frente as nações cujo arcabouço institucional e normativo já se mostrava, no período anterior à pandemia, propício ao exercício mais adequado da capacidade empreendedora. No caso do Brasil, será necessário um trabalho mais intenso, de modo a fixar bases concretas para um novo período de expansão.

Mais até do que antes, precisamos de reformas urgentes. Felizmente, os

recém-eleitos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado tomaram posse ressaltando a necessidade de vacinar com mais celeridade toda a população e de votar e aprovar propostas indispensáveis para o reerguimento da economia brasileira. Também o Poder Executivo, especialmente por meio de declarações de membros da equipe econômica, reforçou o desejo de implantá-las. Dessa maneira, é possível que o novo ciclo de reformas seja, enfim, viabilizado.

Como sabe qualquer pessoa que tenha ousado abrir uma empresa no Brasil, a reforma mais imprescindível e inadiável é a tributária. Complexo e anacrônico, o atual sistema de cobranças de impostos impõe ao contribuinte um número absurdo de obrigações claramente desnecessárias. Além disso, as empresas têm custos substanciais para calcular e efetuar o pagamento dos tributos e na administração das diversas declarações exigidas pelo Fisco. Não há país desenvolvido que imponha tamanho desconforto às empresas e aos trabalhadores.

Do mesmo modo, é muito difícil obter o pleno desenvolvimento com um Estado que sirva como um forte contrapeso a atrapalhar o dinamismo empresarial, como ocorre no Brasil. Por isso, necessitamos tanto de uma reforma administrativa para dar mais eficiência ao aparato estatal, que deve aprender a fazer mais com menos – em outras palavras, prestar um serviço público de boa qualidade com custos menores. Espera-se, também, que essa reforma contribua no esforço em favor do reequilíbrio das contas públicas, que foram ainda mais deterioradas no período da pandemia.

Estamos todos cansados das diversas restrições e dos prejuízos causados pelo coronavírus há mais de um ano. Porém, com a imunização proporcionada pela vacina, que será progressiva, já começamos a respirar novos ares. Aos poucos, o turismo, o comércio e a produção industrial vão crescer em níveis mais satisfatórios, trazendo de volta os empregos perdidos.

Nosso desafio é enorme, mas será mais facilmente vencido se o Congresso e o governo conseguirem assegurar a realização das reformas, adotando, também, todas as medidas pontuais requeridas para garantir o crescimento. Devemos trabalhar com determinação, persistência e muita confiança no futuro. ■

A vacina contra o Custo Brasil

DIRIGENTES E ECONOMISTAS SÃO UNÂNIMES EM DIZER: OU APROVAMOS REFORMAS ESTRUTURANTES PARA REDUZIR DESVANTAGENS COMPETITIVAS OU CONTINUAREMOS SENDO CAROS E VULNERÁVEIS A CRISES

O início da vacinação contra a Covid-19 começa a reduzir as incertezas sobre a economia brasileira, mas, mesmo com a imunização em massa, a retomada de um crescimento mais vigoroso do Brasil não virá espontaneamente. Será preciso, ao mesmo tempo, adotar medidas para retomar o ajuste das contas públicas, avançar na discussão das reformas estruturais e implementar políticas de estímulo a novos investimentos.

"A vacinação em massa vai garantir um retorno seguro ao trabalho", afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, em 25 de janeiro, ao participar de entrevista para divulgar os dados da arrecadação de tributos em 2020. "A vacinação em massa é decisiva; fator crítico para o bom desempenho da economia", argumentou. No mesmo evento, Guedes reforçou a importância das reformas para melhorar o ambiente de negócios e a necessidade de acelerar as privatizações e simplificar a tributação.

▲
"O ajuste fiscal ajudaria a elevar a confiança dos investidores e a reduzir as pressões sobre os juros", avalia o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade

▲
Carlos Lopes, do banco BV, diz que os problemas vão além da tributação e da burocracia e incluem insegurança jurídica, problemas de infraestrutura e volatilidade política

"Vamos limpar a pauta. As propostas para destravar a nossa retomada estão lá no Congresso Nacional. Temos o desafio de transformar a recuperação cíclica baseada em consumo em uma retomada sustentável baseada em investimentos", disse o ministro. Na avaliação da equipe econômica, a escolha de aliados para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), vai contribuir para o avanço das reformas.

Entretanto, segundo João Carlos Marchesan, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), é também "hora de o país estruturar uma política moderna de industrialização" que permita incorporar novas tecnologias da indústria 4.0. "Os fortes estímulos oferecidos em alguns países, a exemplo do anunciado nos Estados Unidos, poderiam nos favorecer pelo lado externo, mas ações direcionadas à reindustrialização do país seriam bem-vindas", afirma ele.

"Não basta uma única ação. Entendo que são necessárias diversas ações combinadas, mas primeiramente é preciso enfrentar o desafio imposto pelo teto dos gastos e abrir espaço no orçamento para investimentos em infraestrutura e estímulos ao desenvolvimento tecnológico", defende Marchesan. A ampliação de investimentos públicos, ainda que pequena, pode resultar em efeitos positivos relevantes no Produto Interno Bruto (PIB) devido ao seu efeito multiplicador na economia, afirma o dirigente.

Na área educacional, segundo Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho exigem maior qualidade na educação e mudanças na matriz curricular do ensino médio, com ampliação da formação técnica. "Existe uma quarta revolução industrial e o Brasil tem enormes desafios para responder. Precisamos melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho e do sistema educacional. Isso passa pela ampliação da educação técnica", sugere Lucchesi.

REFORMAS NECESSÁRIAS

O economista Carlos Lopes, do banco BV, afirma que a principal lição da crise é a necessidade de aprovar com celeridade as aguardadas reformas estruturantes. "Muitas das reformas feitas lá atrás, como a trabalhista e a da Previdência Social, deram ao país um colchão de confiança dos investidores internacionais para atravessarmos este momento. A lição que fica é a necessidade de continuar avançando", argumenta.

Em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que "um dos grandes desafios do país para 2021 é o reequilíbrio das contas públicas e a manutenção do teto de gastos". Segundo ele, "o ajuste fiscal ajudaria a elevar a confiança dos investidores e a reduzir as pressões sobre os juros, além de aumentar a capacidade de investimento do Estado. Um passo decisivo nessa direção seria a aprovação de uma reforma administrativa, que racionalizasse os gastos públicos e melhorasse a qualidade dos serviços prestados à população".

Enviada ao Congresso Nacional em setembro do ano passado, a reforma administrativa é uma das prioridades de Arthur Lira na Câmara dos Deputados. Antes de ser eleito, ele expressou o desejo de votar a proposta ainda no primeiro trimestre. Entre as mudanças previstas no serviço público estão o fim da estabilidade para a maioria das carreiras e a revisão de benefícios, como licença-prêmio e progressão de carreira baseada apenas em tempo de serviço. As regras, que também precisarão ser votadas no Senado Federal, valerão apenas para novos servidores, depois de promulgado o texto.

Na avaliação de Robson Andrade, também é fundamental buscar a redução efetiva do Custo Brasil, o que requer, sobretudo, a realização de uma reforma tributária ampla. "Felizmente, ao longo dos últimos anos, cresceu a percepção de que não podemos mais adiar essas mudanças. A implantação de um sistema de arrecadação de impostos mais simples, eficiente, sem cumulatividade e alinhado às boas práticas internacionais aumentará a competitividade das empresas e estimulará investimentos na produção", avalia o presidente da CNI.

Para Carlos Lopes, do banco BV, "o Custo Brasil vai muito além de uma tributação complexa e uma burocracia elevada". Segundo ele, "há muitos problemas que compõem esse custo, como um judiciário ineficiente, insegurança jurídica, problemas de infraestrutura e volatilidade política".

TRIBUTÁRIA PERDE RITMO

Na avaliação do cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, com a troca de comando na Câmara dos Deputados, a reforma tributária deve andar num ritmo mais lento no primeiro semestre, uma vez que estava muito associada à imagem de Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Casa. "As reformas mais estruturais, porém, demandarão intensa negociação e podem ficar para um segundo momento. A agenda no campo econômico deverá ser aquela mais pontual, imediata", prevê.

Diante disso, as discussões das duas propostas de reforma tributária mais avançadas, Proposta de Emenda à Constituição 45, da Câmara dos Deputados, e 110, do Senado Federal, devem ser retomadas somente a partir do segundo trimestre. Contudo, para Renato da Fonseca, superintendente de Economia da CNI, há atualmente um maior consenso sobre a necessidade e as linhas gerais da reforma tributária. "Hoje, estamos em um momento importante: uma reforma que está quase sendo consensual. Infelizmente, o governo insiste na CPMF. Seria muito interessante se ele, que tem uma proposta boa nos tributos federais, trabalhasse nisso com o Congresso", sugere Fonseca.

"Existe um grupo de deputados querendo fazer as reformas, que começaram no governo Temer. São os mesmos deputados que fizeram um trabalho notável durante a crise, que souberam ler o que estava acontecendo", diz Fonseca. Segundo ele, "a reforma tributária é a mais importante, por afetar diretamente a competitividade da indústria".

O advogado tributarista Fábio Brun Goldschmidt afirma que a importância da reforma tributária pode ser resumida no fato de o Brasil possuir, hoje, um dos mais complexos sistemas tributários do mundo. "Pagar impostos, além de ser caro em termos de base e alíquota, é caro em obrigações acessórias", explica o especialista. "Existe um montante de burocracia exigido que é absolutamente incomum e incomparável com qualquer país desenvolvido", critica Goldschmidt.

BRASIL ESTÁ APENAS EM

62º LUGAR

NO RANKING DE **INOVAÇÃO**

1º	Suíça
2º	Suécia
3º	Estados Unidos
4º	Reino Unido
5º	Países Baixos
6º	Dinamarca
7º	Finlândia
8º	Singapura
9º	Alemanha
10º	Coreia do Sul
14º	China
47º	Rússia
48º	Índia
60º	África do Sul
62º	Brasil ✦

OBS.: DADOS DE 2020

FONTE: ÍNDICE GLOBAL DE INOVAÇÃO – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)

E EM 56º LUGAR

NO RANKING DE

COMPETITIVIDADE

1º	Singapura
2º	Dinamarca
3º	Suíça
4º	Holanda
5º	Hong Kong
6º	Suécia
7º	Noruega
8º	Canadá
9º	Emirados Árabes
10º	Estados Unidos
20º	China
43º	Índia
50º	Rússia
56º	Brasil
59º	África do Sul

FONTE: IMD COMPETITIVENESS YEARBOOK 2020

Segundo ele, a reforma deveria reduzir a praticamente zero a tributação sobre produção e circulação, concentrando a carga tributária no consumo. "Com isso, teríamos a extinção da cumulatividade e seus pesados custos de gestão e insegurança", explica o advogado.

Para José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), a reforma tributária é fundamental para que o Brasil volte a ter investimentos, perspectiva de contratação e de futuro. "Se não buscarmos uma convergência para a reforma o mais rápido possível, o país vai continuar paralisado e a população vai atribuir ao Executivo e ao Congresso a falta de capacidade de inserir as reformas", afirma.

DESVANTAGENS

Ricardo Cavalcante, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), reforça que o Custo Brasil é um dos principais gargalos para a melhoria da competitividade da economia brasileira. "Sua redução deve ser uma das prioridades das políticas públicas. É necessário que as empresas brasileiras consigam se integrar às cadeias globais de valor com estrutura de custos compatível com os seus concorrentes internacionais", afirma o dirigente. Para ele, "os tópicos mais relevantes a serem enfrentados são as questões trabalhistas e de infraestrutura, a complexidade tributária, a burocracia e as restrições de financiamento, tanto de capital de giro como de investimentos", enumera.

Estudo divulgado no final de 2019 pelo Ministério da Economia estima que as empresas brasileiras gastam R$ 1,5 trilhão a mais por ano do que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em virtude do Custo Brasil. O valor agregado desse conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas do país representa 22% do PIB. Para as empresas, o maior peso está no emprego de capital humano, estimado pelo estudo em algo entre R$ 260 bilhões e R$ 320 bilhões anuais, seguido pelo custo para honrar tributos, de R$ 240 bilhões a R$ 280 bilhões.

"A agenda de reformas estruturais deve ocupar o papel central das discussões econômicas de 2021. Estas, se aprovadas, trarão significativo impacto à competitividade da economia brasileira, ampliando as oportunidades de trabalho e a geração de riquezas. A reforma tributária, por exemplo, precisa desonerar o setor produtivo e simplificar o seu processo; a administrativa deve melhorar a eficiência na prestação dos serviços públicos; e a política deve empoderar a sociedade civil", afirma Cavalcante, da FIEC.

▲ Para Rafael Lucchesi (CNI), as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho exigem maior qualidade na educação e mudanças na matriz curricular do ensino médio

▲
O advogado tributarista Fábio Brun Goldschmidt diz que a burocracia para pagar tributos no Brasil é "absolutamente incomum e incomparável"

INOVAÇÃO E PESQUISA

Coordenador do Núcleo de Estudos de Conjuntura Econômica da Faculdade de Campinas (Facamp), Saulo Abouchedid destaca que "é preciso uma reforma que aponte para a progressividade e que onere menos o pequeno e o médio empresário". Dessa forma, seria mais fácil estimular a pesquisa e a inovação, defende o especialista. Nesse sentido, o recente veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao projeto aprovado pelo Congresso Nacional que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC), é um desestímulo à pesquisa e à inovação.

O fundo é uma das principais fontes de financiamento de ciência, tecnologia e inovação no país. No final de 2020, estavam travados R$ 4,6 bilhões de recursos do fundo, que deveriam estar sendo investidos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) realizadas por universidades, institutos de pesquisa e empresas. O veto ainda será analisado pelo Congresso Nacional, que poderá derrubá-lo. Entre 1999 e 2019, o fundo arrecadou R$ 62,2 bilhões, mas os recursos têm sido, historicamente, contingenciados pela equipe econômica.

Investir em pesquisa e inovação, diz Renato da Fonseca, da CNI, será fundamental para o Brasil ter um crescimento econômico sustentado. "Não temos tempo disponível para passar pelas fases 2.0 e 3.0 da indústria antes de chegarmos à etapa 4.0. Nós precisamos fazer o salto", diz Fonseca. Segundo ele, isso se traduz em digitalização e investimento pesado em tecnologia. "A inovação é incentivada por todos os países, mas no Brasil temos essa deficiência. Enquanto não tivermos capacidade de competir lá fora, não vamos atrair investimentos", avalia o especialista da CNI.

Sem as reformas, avalia Fonseca, o Brasil não só deixa de atrair novos investimentos como perde indústrias. É o caso, por exemplo, da Ford, montadora norte-americana que, em janeiro, fechou suas fábricas no Brasil. "A decisão da Ford é baseada nas condições econômicas de cada país onde quer operar. A crise ajudou na decisão, mas a empresa também usa o ambiente de negócios para decidir", explica.

Para Cavalcante, da FIEC, "a saída de várias multinacionais do Brasil foi influenciada por uma demanda agregada continuamente reprimida desde 2014 e acentuada pela pandemia do coronavírus". Segundo ele, "eram indústrias com plantas que produziam para o mercado interno, pois o excesso de burocracia tributária impede

maiores níveis de competitividade e eficiência de indústrias desse porte tecnológico no Brasil".

Pesquisa divulgada pela CNI em dezembro mostrou que um dos efeitos da crise provocada pela pandemia foi a desorganização das cadeias produtivas e o aumento dos preços. "Os diferentes setores da economia foram atingidos com intensidades diferentes, o que resultou em interrupções parciais ou totais em alguns elos das cadeias", segundo o estudo *Economia Brasileira 2020-2021*. "A dificuldade de obter insumos deverá terminar no segundo trimestre de 2021, assim como a pressão sobre os preços, como resultado tanto da valorização do real como da reorganização das cadeias produtivas".

Nesse cenário de perda de competitividade, o economista Cláudio Frischtak, sócio da Inter B Consultoria, afirma que "é preciso simplificar o ambiente de negócios e reduzir barreiras tarifárias". "As empresas precisam de um ambiente mais aberto, mais competitivo, mais fácil de operar", diz o consultor. Segundo ele, o Brasil precisa de uma transformação do ambiente de negócios, de maneira a estimular novos investimentos do setor produtivo e atrair capital externo. "Isso depende do Congresso e da sociedade. O ambiente que foi criado pela pandemia e pela disputa política não contribui", afirma.

Segundo ele, o Brasil precisa de uma transformação do ambiente de negócios. "Não é que não estamos avançando nada. Avançamos um pouquinho, mas a fronteira se afasta. O grau de insegurança jurídica continua muito elevado e, em alguns aspectos, até piorou", avalia Frischtak. Com grau de imprevisibilidade regulatória elevado, afirma ele, existe uma percepção de politização nas agências reguladoras. "O Brasil caminha muito lentamente e em alguns aspectos retrocede. A fronteira das boas práticas avança no mundo e todos nós temos a obrigação de pressionar por mudanças", sugere. ■

"A fronteira das boas práticas avança no mundo e todos nós temos a obrigação de pressionar por mudanças"

Cláudio Frischtak
sócio da Inter B Consultoria

MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS É FUNDAMENTAL *para estimular novos investimentos e aumentar a competitividade do setor produtivo*

Custo Brasil *representa 22% do PIB. As empresas brasileiras pagam* ***R$ 1,5 trilhão*** *a mais para realizar seus negócios*

SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

Depende da aprovação de uma reforma tributária, cujas propostas de emenda à Constituição estão em discussão no Congresso Nacional, e de medidas infraconstitucionais, que podem ser adotadas por projetos de lei, medidas provisórias ou mesmo atos normativos do Ministério da Economia.

MELHORIA DO SISTEMA EDUCACIONAL

Novas regras do Fundeb preveem a dupla matrícula, o que estimula a formação em curso técnico já no ensino médio. Falta regulamentar, ainda, o Sistema Nacional de Educação (PLP 25/19), com normas para cooperação entre União, estados e municípios em políticas, programas e ações educacionais. Além disso, no Congresso está pendente de votação o PL 3477/20, que garante R$ 3,5 bilhões para o acesso de estudantes da rede pública à internet de banda larga.

CRÉDITO MAIS BARATO E FÁCIL

Atos normativos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, além da edição de medida provisória, de atos administrativos do Ministério da Economia e da aprovação de projetos de lei, podem contribuir para melhorar as condições de crédito, com ampliação do volume de financiamento bancário, redução da taxa de juros para as empresas, facilidade de acesso e desenvolvimento do mercado de capitais.

CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS

Novas rodadas de ajuste fiscal dependem, neste momento, da aprovação de emendas à Constituição, projetos de lei, atos administrativos e melhoria da gestão dos gastos públicos. Nesse sentido, podem ser votadas no primeiro semestre: a PEC Emergencial, que cria mecanismos de ajuste fiscal para União, estados e municípios; a PEC do Pacto Federativo, que flexibiliza e descentraliza o orçamento federal; e a reforma administrativa.

Fonte: CNI

OS TRÊS MAIORES CUSTOS SÃO:

R$ 260 bilhões a R$ 320 bilhões
Gasto adicional das empresas em função da má qualidade da educação no país

R$ 240 bilhões a R$ 280 bilhões
Gasto adicional para pagamento de impostos devido ao complexo sistema tributário brasileiro

R$ 180 bilhões a R$ 220 bilhões
Gasto adicional com financiamento bancário em função dos juros elevados e da burocracia

Fonte: Ministério da Economia

Como produzir enquanto a vacina não chega

EMPRESÁRIOS CONTAM O QUE ESTÃO FAZENDO PARA LIDAR COM OS EFEITOS RESISTENTES DA PANDEMIA E CUIDAR DOS NEGÓCIOS E DOS TRABALHADORES QUE NÃO ESTÃO NOS GRUPOS PRIORITÁRIOS DE VACINAÇÃO

Um ano depois do início da pandemia da Covid-19 no mundo, um dos principais desafios das empresas brasileiras para garantir a recuperação da economia é a vacinação dos trabalhadores que não estão entre os grupos prioritários da campanha de imunização realizada pelo Ministério da Saúde. "Daqui para frente é muito mais continuar com os protocolos e incentivar a vacinação", afirma Sergio Bocayuva, CEO da Usaflex, indústria de calçados com sede no Rio Grande do Sul.

"Dois meses atrás, quando percebi a possibilidade de acelerar o retorno de forma mais equilibrada, fiz uma proposta a outras empresas de calçados para que a gente conseguisse fazer uma compra coletiva das vacinas para aplicar nos colaboradores. A intenção era que fizéssemos uma compra para todas as empresas do setor, podendo até mesmo expandir para o consumidor", lembra Bocayuva. Como não foi possível, destaca, é importante manter os protocolos de segurança na empresa, que também vende seus produtos em lojas próprias e pela internet.

Bocayuva espera um primeiro trimestre similar ao de 2020, quando a pandemia prejudicou as vendas. "As pessoas estão muito cansadas e não aguentam mais esse clima de abre e fecha. Há um cansaço emocional", resume ele, que espera uma "explosão de faturamento" no segundo semestre. "Entendemos que grande parte do público-alvo será vacinado até março e abril e, depois, teremos uma recuperação das vendas no Dia das Mães", prevê.

Otimista, o executivo estima que a oferta e a produção de vacinas contra a Covid-19 devem aumentar nos próximos meses, o que permitirá ao setor privado oferecer o imunizante e acelerar o processo de vacinação. "O governo vai ser obrigado a abrir a possibilidade de a iniciativa privada oferecer a vacina. Como ela é muito barata, acho que você vai ter uma vacinação em massa independente do governo", aposta.

As indústrias relatam que vão manter em vigor as medidas de proteção contra o novo coronavírus, pois os trabalhadores não estão em grupos prioritários da campanha de vacinação iniciada em janeiro

▸
As pessoas não aguentam mais esse clima de abre e fecha. Entendemos que grande parte do público-alvo será vacinado até abril e, depois, teremos uma recuperação das vendas no Dia das Mães", aposta Sergio Bocayuva, CEO da Usaflex, que produz calçados no Rio Grande do Sul

Dados divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), entretanto, mostram que a confiança do consumidor brasileiro atingiu, em janeiro, o nível mais baixo em sete meses diante da piora da pandemia e da adoção de medidas mais restritivas para conter o novo coronavírus. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 2,7 pontos em janeiro e foi a 75,8 pontos, patamar mais baixo desde junho de 2020 (71,1 pontos), quando se iniciava a fase de recuperação das perdas sofridas no primeiro quadrimestre de 2020.

"O recrudescimento da pandemia e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas por algumas cidades geram grande preocupação com os rumos da situação econômica do país e das famílias", explicou em nota a coordenadora das sondagens, Viviane Seda Bittencourt. "Sem o suporte dos benefícios emergenciais, as famílias continuam postergando o consumo e dependendo da recuperação do mercado de trabalho, que tende a ser lenta diante do cenário atual", completou.

Conforme o *Boletim Macro* de janeiro do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, "apesar da perspectiva de início da campanha de vacinação no Brasil, o recrudescimento da pandemia e o fim do período de auxílios emergenciais adicionam muita incerteza ao cenário econômico. Consumidores voltam ao mercado de trabalho e percebem a grande dificuldade de se obter emprego. Houve desaceleração da atividade no final do ano, que pode se intensificar neste primeiro trimestre de 2021".

Na indústria, segundo o boletim, "a recuperação se mantém e o setor deve seguir crescendo, a despeito de problemas localizados de escassez de matérias-primas. Nesse cenário, as empresas responderão a estímulos de demanda, mas tendem a continuar cautelosas com relação a investimentos e contratações". Conforme o documento, o ritmo de novas contratações pode ser afetado nos próximos meses pelo fim do período de quarentena para as empresas que participaram dos programas emergenciais de manutenção do emprego em 2020.

Outro problema, que afeta de maneira distinta os diferentes setores industriais, é a falta ou o aumento do preço de insumos e de matérias-primas. Na construção civil, por exemplo, a falta de insumos atinge uma a cada duas empresas, segundo a pesquisa *Sondagem Indústria da Construção*, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no final de janeiro. Conforme a pesquisa, o problema atinge 50,8% das empresas, percentual que era de 39,2% no terceiro trimestre.

Marcelo Perillo, sócio da FBM Farma, conta que, com a pandemia, a rede de logística internacional ficou prejudicada. "Antigamente, se conseguia colocar ativos farmacêuticos nos porões de aviões de passageiros. Hoje, esse trânsito de passageiros diminuiu e o custo de logística ficou muito alto e difícil. Para trazer uma mercadoria da Índia ou da China, é preciso passar pela Europa ou pelos EUA para depois vir para o Brasil", diz ele, também presidente do Sindicato da Indústria Farmacêutica de Goiás.

"Hoje, para produzir medicamentos genéricos, as indústrias têm que contar com essa logística mais cara e com uma regulamentação muito complexa. Houve muito aumento de custo, mas a indústria não tem condições de aumentar preço, uma vez que este é definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Às vezes, a matéria-prima está disponível lá fora, mas o custo aumentou e a indústria fica impossibilitada de produzir, pois

não tem como transferir o custo", argumenta Perillo.

Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), considera necessárias novas medidas de estímulo à economia enquanto a vacinação acontece. "No primeiro trimestre, nós já devemos ter uma retração. Era esperado. Todo aquele boom veio em função do auxílio emergencial que deixou de existir. As forças de crescimento da economia para gerar empregos suficientes para compensar se enfraqueceram com o recrudescimento da pandemia", argumenta.

Consequentemente, completa ele, "voltamos a uma situação com restrições que vão retardar o processo". Se quiser preservar empregos, afirma Pimentel, o Brasil vai ter que adotar medidas "para mitigar riscos e minimizar os impactos desse repique pandêmico que já está afetando os negócios e reduzindo a previsão de crescimento". ■

> ***"Antigamente, se conseguia colocar ativos farmacêuticos nos porões de aviões de passageiros. Hoje, esse trânsito de passageiros diminuiu e o custo de logística ficou muito alto"***
>
> *Marcelo Perillo*
> sócio da FBM Farma e presidente do Sindicato da Indústria Farmacêutica de Goiás

▸
"Alguns setores da indústria foram muito favorecidos, como bens não duráveis e bens farmacêuticos, relacionados à saúde", diz a especialista, sobre o desempenho da indústria no ano passado, durante a pandemia

Recuperação econômica depende da vacinação

ECONOMISTA DO IBRE-FGV, SILVIA MATOS ESPERA UM ANO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, MAS CRITICA AS INCERTEZAS GERADAS PELA DIFICULDADE DO GOVERNO EM REDUZIR GASTOS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

A economia brasileira deve registrar uma leve retração no primeiro trimestre. Entretanto, com o avanço da vacinação, a recuperação da atividade econômica deve se acelerar e o Produto Interno Bruto (PIB) pode fechar 2021 com um crescimento de 3,5%, avalia Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro. Segundo ela, será necessário, também, "muito alinhamento para vencer as resistências e convencer a sociedade" sobre a necessidade de aprovar uma reforma tributária. "Os grupos de interesse que vão perder sempre serão contra. A agenda de reformas precisa desse convencimento e os líderes precisam estar unidos", alerta a especialista.

Meu app favorito

"São os aplicativos de reunião, como Zoom, Google Meet e Webex. As reuniões começam na hora e podemos falar com pessoas em qualquer lugar do mundo, diminuindo a necessidade de deslocamento. Acho que isso quebrou barreiras e veio para ficar." - Silvia Matos

Quais foram os principais impactos da pandemia sobre o setor produtivo em 2020? Foi um ano atípico para qualquer país e, sem dúvidas, ainda mais desafiador para o Brasil. Aqui, a pandemia ocorreu em um momento ainda de muitas fragilidades. Essa é uma questão importante. O Brasil tinha passado por uma recessão muito dura, que começou em 2014 e durou até 2016, mas foi uma saída atípica, de baixo crescimento. Algo muito estranho aconteceu na economia brasileira. É natural ter um crescimento rápido ao sair da recessão, mas o que ocorreu foram anos de baixo crescimento e produtividade, com o mercado de trabalho ruim e muita mão de obra informal, além de desafios fiscais. Então veio a pandemia, que exige muito do setor público. Diferentemente de uma crise financeira, na qual você faz políticas monetárias e consegue se recuperar, é necessária a transferência de renda. Nesse aspecto, o Brasil teve um choque atenuado por investir fortemente em políticas fiscais, similar aos países ricos, tanto que o resultado do PIB no segundo trimestre foi uma queda menor do que a registrada em outros países. Tivemos uma queda menor por gastar mais. Naturalmente, depois de o Brasil fazer políticas fiscais fortes, veio a recuperação.

E na indústria de forma geral? Com protocolos rígidos, foi possível conviver com a pandemia. A indústria sofreu no início pelo lockdown severo e as cadeias de produção pararam, mas, com a normalização das cadeias, a indústria pode funcionar com a pandemia. É difícil de entender, mas é interessante do ponto de vista da organização produtiva. Outro fato é que as pessoas receberam renda e não puderam consumir serviços, então a poupança aumentou e a renda foi para o consumo de bens. Alguns setores da indústria foram muito favorecidos, como bens não duráveis e bens farmacêuticos, relacionados à saúde. A indústria de bens também demanda um intermediário produzido pela própria indústria, então criou-se esse ciclo virtuoso. Isso é um padrão dos países e isso é muito bom. Nem todos os setores se beneficiam tão rapidamente.

Quais são as perspectivas para 2021? É um desafio grande. Poderíamos imaginar uma recuperação muito rápida com a vacinação. Muitos países já estão em ritmo rápido de vacinação. Começamos 2021 com uma onda mais forte de novos casos da doença. Caso tivéssemos a vacinação acontecendo muito rápido, poderíamos ter perspectivas melhores. Os Estados Unidos vão crescer muito este ano, porque têm espaço para crescer com políticas expansionistas e fiscais. O Brasil não, porque gastamos muito no ano passado e não temos orçamento. Temos que criar esse espaço para poder estender benefícios.

E a questão fiscal? De um lado, a economia pede mais benefícios — porque é uma demanda legítima, uma vez que ainda temos fragilidades —; do outro, o fiscal, ainda não há equilíbrio. Não só não nos preparamos para uma vacinação em massa como também não discutimos o orçamento para eventual extensão dos benefícios. Criam-se duas incertezas: como vamos vacinar e como vamos discutir mais auxílio e sustentabilidade fiscal? A palavra é incerteza e incerteza é algo péssimo para a recuperação econômica. Com isso, o início de ano vai ser muito desafiador.

O que podemos esperar para o PIB? Acreditamos que o PIB do primeiro trimestre vai contrair pouco, em torno de 0,5%. À medida que avançarmos e conseguirmos superar a questão da vacinação, vamos recuperar bastante no segundo semestre. Acho que é possível crescer em torno de 3,5% neste ano, mas é um ano muito desbalanceado. [Devemos ter] um primeiro semestre muito ruim e o segundo muito bom. Depois da vacina, vamos ver a retomada, com pessoas consumindo serviços, e emprego e renda voltando.

Que outras medidas poderiam ser aprovadas para melhorar o ambiente de negócios? Uma discussão que permeia a pandemia é o controle dos gastos obrigatórios. A PEC do teto é muito importante, mas sozinha é uma muleta, um atalho para conseguir sustentabilidade. Não se sustenta a longo prazo porque é preciso reduzir os gastos obrigatórios. Nós conseguimos reduzir os gastos da Previdência, mas essa é a primeira etapa. Quais são os outros gastos obrigatórios? Primeiro: funcionalismo público. Nós temos espaço para redução de gastos com funcionários públicos e com políticas que entram nos gastos chamados de tributários. ■

Indústria em

SEMINÁRIO REDINDÚSTRIA DEBATE A AGENDA LEGISLATIVA 2021

Realizado no início de fevereiro, o *Seminário RedIndústria 2021* teve como objetivo construir a *26ª Agenda Legislativa da Indústria*, que será lançada no dia 23 de março. O documento é elaborado com a participação de federações e associações setoriais da indústria de todos os estados do Brasil. As proposições em tramitação no Congresso Nacional consideradas importantes para o setor industrial e que afetam o desenvolvimento do país fazem parte da agenda, que ainda detalha o posicionamento do setor a respeito de cada uma delas.

INICIATIVA + *MANUTENÇÃO DE RESPIRADORES* RECUPERA MAIS DE 2,4 MIL APARELHOS

Coordenada pelo SENAI, a iniciativa + *Manutenção de Respiradores* viabilizou o conserto de 2.516 ventiladores em todo o Brasil, o que pode ter impactado positivamente a vida de 25,2 mil pessoas. A mobilização foi reconhecida pelo *Prêmio Empreendedor Social*, promovido pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pela Fundação Schwab, como uma das 10 ações mais importantes para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19 no país. O projeto formou uma rede com mais de 700 voluntários em 40 pontos para conserto.

m Ação

SENAI LANÇA NOVOS CURSOS DE OLHO NA INDÚSTRIA 4.0

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) iniciou 2021 com a oferta de cinco novos cursos online gratuitos – por tempo limitado – para qualificar profissionais do futuro. Eles estão bem conectados com as tendências e demandas do mercado: Introdução à Cibersegurança, Cibersecurity Essentials, Introdução à Internet das Coisas, Get Connected e Privacidade e Proteção de Dados (LGPD). Além deles, a loja *Mundo SENAI* também oferece outros 14 cursos gratuitos de iniciação profissional.

SESI E CNI ORIENTAM EMPRESAS SOBRE A NOVA VERSÃO DA NR1

O SESI e a CNI lançaram, em dezembro, o documento *NR 1 – Comentários ao Novo Texto*. O objetivo é auxiliar empresas, profissionais de saúde e segurança e trabalhadores a aplicar as mudanças nas regras da *Norma Regulamentadora 1*, que traz diretrizes gerais para a saúde e segurança no trabalho (SST). Entre as novidades da nova legislação está a introdução de diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que entra em vigor a partir de 1º de agosto de 2021.

BLOG DO NAC DESCOMPLICA AS QUESTÕES DE CRÉDITO

A Rede de Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC), coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), lançou um blog para abordar o cenário do acesso ao crédito no Brasil e outros temas que afetam a vida do empresário brasileiro. Entre eles estão a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), empréstimos bancários, digitalização, indústria 4.0 e antecipação de pagamentos de contratos de licitação na administração pública. Criada em 2016, a rede NAC é voltada especialmente para as empresas de micro, pequeno e médio porte.

Tecnologia 4.0 ajuda empresas durante crise

INDÚSTRIAS QUE ADOTARAM FERRAMENTAS COMO ROBÓTICA AVANÇADA E COMPUTAÇÃO EM NUVEM TIVERAM RESULTADOS ANIMADORES EM 2020 E ESTÃO MAIS OTIMISTAS, DIZ ESTUDO DA CNI

O século 21 chegou com novas demandas, que resultaram na quarta revolução industrial ou, como também é conhecida, na indústria 4.0. Voltada para a melhoria da eficiência e da produtividade dos processos, essa nova era da indústria tem se mostrado uma grande aliada, também, no enfrentamento de crises, como a ocasionada pela pandemia de Covid-19.

Isso é o que mostra a pesquisa *A Indústria 4.0 e a Pandemia*, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 509 executivos industriais de todo o país. O levantamento constatou que a inserção de tecnologias 4.0 na rotina das empresas contribuiu para que estas tivessem desempenho melhor em relação àquelas que ainda não se atualizaram.

Aumento do faturamento, ampliação do quadro de funcionários e expectativa positiva para 2021 estão entre as consequências da modernidade e da capacidade de adaptação trazidas por tecnologias como computação em nuvem, inteligência artificial, robótica avançada e *Big Data*. Entre os resultados que mais chamaram a atenção está a constatação de que 29% das empresas que adotaram quatro ou mais tecnologias da indústria 4.0 viram seu quadro de funcionários crescer durante a pandemia.

Para o superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, João Emilio Gonçalves, esses números rompem com a dicotomia entre tecnologia e postos de trabalho. Segundo ele, um cenário mais favorável à produção e à competitividade nacional somente será possível com investimento em inovação e tecnologia. "A produção menos competitiva reduz a capacidade de a empresa concorrer. Isso, sim, tem maior impacto na questão do emprego. Quando a tecnologia é aliada, tem-se um significativo potencial de crescimento das vagas de trabalho no setor industrial", explica o executivo.

◂
Segundo o levantamento, feito com 509 executivos industriais, 29% das indústrias que adotaram quatro ou mais tecnologias 4.0 aumentaram seu faturamento no ano passado

PANDEMIA

Os desafios impostos pelas medidas de contenção do coronavírus, como o distanciamento social e o uso constante de máscaras e álcool em gel, impulsionaram o investimento da indústria em tecnologias 4.0. De acordo com a pesquisa, 55% das empresas adotaram inovações como *Big Data*, inteligência artificial e softwares de gestão avançada da produção visando reduzir os impactos da crise.

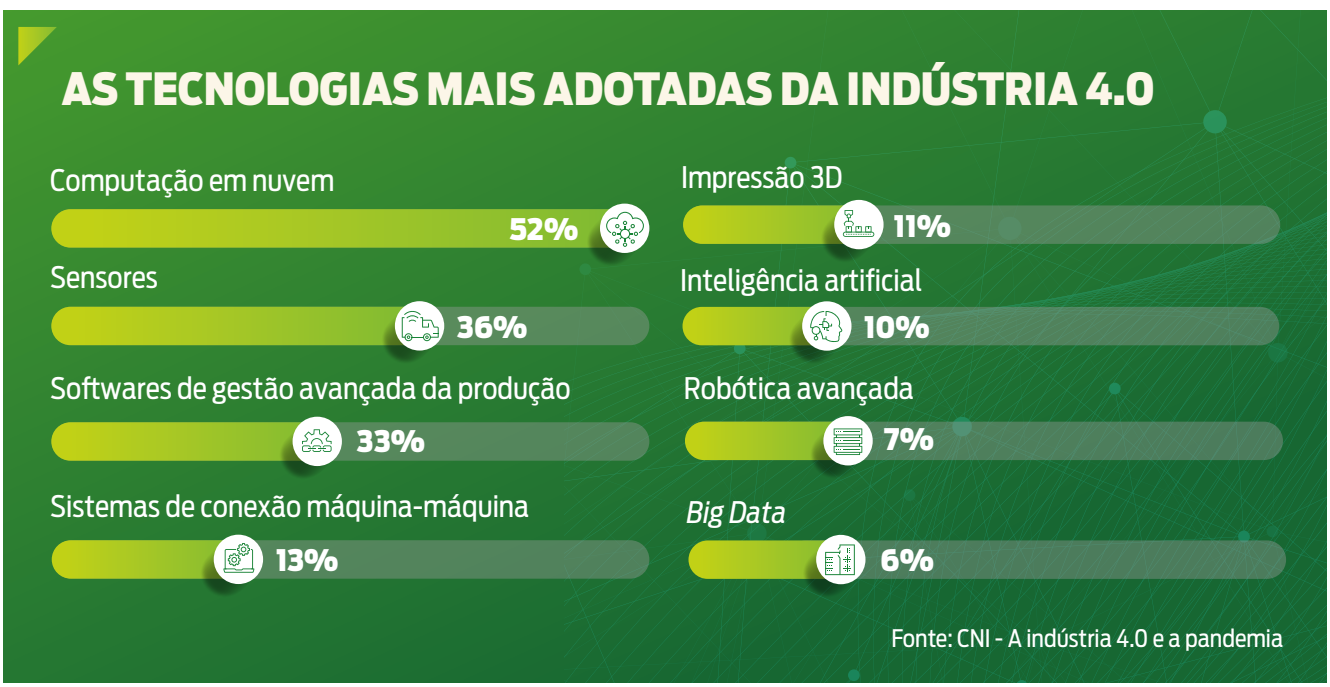
Um exemplo de indústria que já estava inserida no contexto 4.0 e conseguiu aproveitar as oportunidades que surgiram em meio ao caos vem de Minas Gerais. Com alta tecnologia aplicada aos processos produtivos e uma cultura organizacional voltada para "fazer o novo e pensar fora da caixa", a Provest Uniformes conseguiu se reorganizar rapidamente para seguir operando e ainda incorporou novos produtos ao seu portfólio.

"A capacidade e a qualidade da nossa estrutura permitiram que produtos até então nunca fabricados em nossa planta fossem rapidamente produzidos em larga escala", explica o diretor de Estratégia da empresa, Victor Viggiano Araújo. Segundo ele, produtos como o macacão de proteção DuPont Tyvek foram, pela primeira vez, confeccionados fora dos Estados Unidos, que dominam essa tecnologia.

O diretor conta que, quando todo o mundo estava em busca da máscara N95 e a versão em tecido ainda não era uma opção, uma das líderes de costura da empresa desenvolveu, ainda em março de 2020, o que seria um dos novos produtos da fábrica. Em dois meses, foram produzidas mais de 2 milhões de máscaras de tecido. "É essencial que as lideranças da empresa apoiem o projeto e que os funcionários sejam envolvidos e abracem a causa", recomenda.

O resultado do investimento em novas tecnologias foi que, mesmo em um ano difícil, no qual a indústria brasileira viu sua produção recuar em 4,5%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Provest fechou com uma receita 30% superior à de 2019.

Embora seja um caso emblemático, não foi só a Provest Uniformes que conseguiu aumentar a lucratividade em um ano marcado por sucessivos índices negativos. De



acordo com o levantamento da CNI, 29% das indústrias que adotaram quatro ou mais tecnologias 4.0 tiveram crescimento no faturamento em 2020, a despeito de todo o cenário desfavorável. Esse índice é quatro pontos percentuais superior ao verificado entre aquelas que ainda não fazem uso dessas tecnologias.

Para o superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI, ainda que a lucratividade sofra interferência de outros elementos, como o custo da matéria-prima, o impacto das soluções 4.0 na competitividade tem sido essencial para viabilizar uma recuperação mais vigorosa do setor.

Segundo o levantamento, entre as tecnologias 4.0 que mais impactaram positivamente o lucro das empresas estão os sistemas de conexão máquina-máquina e o *Big Data*, com 32% das indústrias lucrando mais no final de 2020 do que antes da pandemia.

OTIMISMO

Além de terem ampliado mais o quadro de funcionários e se adaptado melhor às demandas geradas pela pandemia no ano que passou, as indústrias 4.0 também estão mais otimistas em relação a 2021. Para 63% dos executivos, o faturamento será maior do que em 2020, percentual que chega a 73% entre os que implementaram o *Big Data*. Entre as indústrias que não iniciaram a transição para o modelo 4.0, esse mesmo índice é de apenas 59%.

Parte dessa diferença se justifica pelo fato de a indústria 4.0 estar mais preparada para a diversidade, explica o superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI: "Ao ter tecnologias 4.0 inseridas no seu processo produtivo, elas já estão olhando para as tendências, para o que tem de mais moderno no mundo. Por isso, estão mais preparadas para inovar em situações como a pandemia", sintetiza.

Em relação à viabilidade das soluções, o diretor da Provest acredita que o problema do empresário brasileiro é comparar a realidade daqui com a de outros países. "A inovação não se resume a um equipamento ou processo, mas ao conjunto de tecnologias que, aos poucos, vão sendo implementadas e nos permitem avançar na escala industrial. O importante é dar o primeiro passo". ■

A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS 4.0
NA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DURANTE A PANDEMIA

TECNOLOGIA PRESENTE NA FÁBRICA	QUANTAS AUMENTARAM O QUADRO
Robótica avançada	37%
Sistemas de conexão máquina-máquina	32%
Sensores	30%
Computação em nuvem	29%
Softwares de gestão avançada da produção	28%
Inteligência artificial	27%
Big Data	24%
Impressão 3D	18%

Fonte: CNI - A indústria 4.0 e a pandemia

▲
A aprovação de apenas um dos textos – a *Nova Lei do Gás* – pode estimular investimentos de R$ 60 bilhões ao ano e a geração de 4 milhões de empregos em cinco anos

Pilares para melhorar a infraestrutura

PROJETOS ESTRUTURANTES PARA O SETOR ELÉTRICO, PARA AS FERROVIAS E PARA O MERCADO DE GÁS AGUARDAM VOTAÇÃO NO SENADO E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NESTE INÍCIO DE ANO

O ano legislativo tem pela frente três projetos que podem melhorar significativamente as condições de negócios no país e a competitividade do setor produtivo nacional. Dois deles estão no Senado, aguardando votação: os marcos regulatórios do setor elétrico e das ferrovias. O outro, que cria a *Nova Lei do Gás*, aguarda decisão da Câmara dos Deputados, após alterações feitas no Senado. "São propostas que estimulam investimentos no setor industrial", avalia Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O texto original da *Nova Lei do Gás* (PL 4476/2020), aprovado na Câmara, investe na modernização do mercado do insumo no Brasil. Pretende dar estabilidade jurídica e regulatória ao setor, incentivar a competição e o mercado aberto e, assim, estimular a retomada do crescimento econômico. Além disso, quando aprovada, a nova lei deve reduzir o preço do produto no país, atualmente o mais caro do mundo.

O texto aprovado no Senado, sob relatoria de Eduardo Braga, porém, trouxe algumas emendas que dificultam a implementação dessas melhorias. Uma das emendas retirou competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocom-

▲ Segundo o senador Jean Paul Prates (PT-RN), relator do novo marco ferroviário, o texto buscou conciliar todas as partes interessadas e está pronto para ser votado

bustíveis (ANP) para regular serviços de transporte.

O novo relator do texto na Câmara dos Deputados, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), defende a retomada da proposta original aprovada na Casa e apresentou parecer pela rejeição das emendas do Senado. "A Câmara teve um tempo maior para aprofundar a discussão do projeto, quando foram feitas diversas audiências públicas com os agentes de mercado, e o texto a que chegamos foi o possível, necessário e suficiente", explicou o parlamentar, que espera a votação do texto para as primeiras semanas de atividade legislativa.

Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), também acredita que as alterações que o texto sofreu são ruins. "No nosso entendimento, é melhor, mais competitivo e mais eficiente o modelo do projeto de lei aprovado originalmente na Câmara, sem alterações", opina Pedrosa.

Ele lembra que um dos pontos fortes do projeto original é a criação de um grande mercado nacional de gás por meio dos gasodutos de transporte, seguindo a disposição da Constituição, regulados pela ANP. "A tendência será ampliar a competição e permitir que um produtor, em qualquer canto do território nacional, possa vender ao longo de toda a malha de gasoduto. Poderemos transformar esse recurso num fator de desenvolvimento para o país, ampliar os investimentos em R$ 60 bilhões ao ano e gerar 4 milhões de empregos no prazo de cinco anos", prevê o presidente da Abrace.

MALHA FERROVIÁRIA

No caso das ferrovias (PLS 261/2018), a expectativa é que a aprovação de um novo marco legal atraia investimentos e aumente a oferta de infraestrutura ferroviária, reduzindo custos logísticos e promovendo a concorrência no setor.

Segundo o relator do substitutivo do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), o texto está totalmente pronto e a expectativa é de votá-lo no plenário até março.

> ***"O Brasil é o país da energia barata e da conta cara. O mercado da energia elétrica carrega encargos e subsídios que acabam sendo pagos pelo setor industrial"***
>
> ▲ *Fernando Pimentel*
> presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit)

"Conseguimos conciliar praticamente todos os interessados, para evitar conflitos. Tentamos eliminar divergências em quatro audiências públicas: duas de trem de carga, uma de passageiros e uma com especialistas internacionais", conta o parlamentar.

A principal novidade regulatória é a outorga em regime de autorização – similar ao que ocorre com terminais portuários privados – para construção, operação e exploração de trechos ociosos ou abandonados. Tal regime é importante para a expansão e o melhor aproveitamento da malha ferroviária nacional.

"Faltava um instrumento que dissesse que ferrovias de interesse privado poderiam ser objeto da outorga de autorização direta. Isso vai ajudar, por exemplo, a escoar a produção de uma unidade rural até uma linha troncal de amplitude estratégica e multissetorial", explica Prates, lembrando que se trata realmente de um marco legal, pois cria modalidades de regulação, consolida definições técnicas e uniformiza terminologias.

Para Luís Baldez, presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut), o projeto pode estimular novos grupos econômicos a entrar no setor. "Irá melhorar a malha nacional, que é pequena e específica para minério de ferro, que representa 80% da carga", diz o dirigente.

Além disso, o texto apresenta melhorias em relação ao texto original do senador José Serra (PSDB-SP), pois retira a possibilidade de migração do regime de concessão para o de autorização. Isso visa evitar insegurança por parte de usuários e operadores, pela falta de garantias concretas de que os novos autorizatários pudessem compartilhar sua capacidade de movimentação com outros operadores.

CONTA CARA

O novo marco regulatório da energia elétrica (PLS 232/2016) foi aprovado em março de 2020 na Comissão de Infraestrutura do Senado e poderia já estar na Câmara dos Deputados, não fosse um pedido para que o tema seja apreciado pelos senadores no Plenário.

A proposta moderniza o setor elétrico e estabelece normas para ampliar o mercado livre e viabilizar uma nova estrutura de negócios. O atual modelo setorial apresenta sinais de desgaste. Problemas no planejamento e na gestão dos mercados desestabilizaram o setor, gerando custos adicionais, crescente judicialização e passivos que recaem sobre os consumidores.

"O Brasil é o país da energia barata e da conta cara", resume Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). "O mercado da energia elétrica carrega uma série de encargos e subsídios, que, pela estrutura que temos, acabam sendo pagos pelo setor industrial", afirma o dirigente, que lembra que 65% da matriz energética do setor produtivo vêm da energia elétrica.

O projeto prevê uma série de mudanças, entre elas a abertura do mercado livre com redução gradual dos requisitos de carga e de tensão para livre escolha dos consumidores. "Temos entre 25% e 30% do mercado de consumo no mercado livre, o que exige uma capacidade de gestão e administração importante, pois este opera com um bem crucial. Para o pequeno empreendedor, por exemplo, essa conta é mortal", ilustrou Pimentel.

Além disso, o novo marco prevê a substituição dos descontos nas tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) para a energia comercializada por fontes alternativas e a separação da contratação de lastro (contribuição de cada empreendimento de geração para a confiabilidade e adequabilidade do sistema) e da energia elétrica efetivamente consumida. ■

▲ Segundo Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI, a aprovação das três propostas deve estimular investimentos no setor industrial

5 perguntas

Amaro Sales

presidente da Nordeste Forte

"Economia da região tem 53 milhões de brasileiros e uma produção diversificada de energias limpas, petróleo, gás natural e calçados, entre outros setores"

1 O QUE É A NORDESTE FORTE?

Somos uma associação sem fins lucrativos formada pelos nove presidentes das federações das indústrias do Nordeste. Surgimos da necessidade de debater temas de interesse da classe produtiva nordestina e assuntos de grande relevância para o desenvolvimento, pautando uma agenda econômica em torno de soluções para os problemas regionais que dificultam o desenvolvimento do Nordeste e, consequentemente, do país.

2 QUAIS FORAM AS TRÊS PRINCIPAIS CONQUISTAS DESSE TRABALHO?

Nossa mais recente conquista foi a elaboração, edição e aprovação das Medidas Provisórias 1.016 e 1.017, ambas de dezembro de 2020, sobre a renegociação dos Fundos Constitucionais e dos Fundos de Investimentos Regionais. Na área de infraestrutura hídrica, contribuímos para tornar realidade a transposição do Rio São Francisco. Além disso, elaboramos a revista *Programação Prioritária 2019-2022 Nordeste Forte*, que expõe os temas mais significativos para a região e apresenta nossas propostas técnicas em diversas áreas.

s para...

3 QUAIS SÃO AS PRIORIDADES DA *NORDESTE FORTE* PARA 2021?

Nosso mandato se encerra em 28 de fevereiro. Fizemos o alicerce, desde a constituição e a estruturação formal da associação até a elaboração de uma agenda comum a todas as federações de indústrias do Nordeste. Acreditamos que o novo presidente da Nordeste Forte, o empresário Ricardo Cavalcante (FIEC), dará continuidade às ações propostas na *Programação Prioritária 2019-2022 da Nordeste Forte*. Elas contemplam os temas técnicos nas áreas de *financiamento*, tributação, infraestrutura urbana, infraestrutura hídrica, energia e transportes, mas também podem ser incluídos outros temas que se tornarem relevantes para a região ao longo de sua gestão.

> Na área de financiamento, entre as prioridades de ação da Nordeste Forte está renegociar as dívidas dos Fundos de Investimentos Regionais (FINOR e FINAM) e garantir a continuidade dos incentivos fiscais de redução de 75% do IRPJ e reinvestimento.

4 HÁ RAZÕES PARA SERMOS OTIMISTAS COM O ANO QUE COMEÇA?

Nós temos que ser otimistas, apesar das dificuldades geradas pela pandemia de Covid-19 e do ano que passou. Considerando como parâmetro o *Índice de Confiança do Empresário Industrial*, o setor está otimista e confiante neste início de 2021, com 63.1 pontos, apesar do recuo de 2.2 pontos entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 em razão das incertezas em face da evolução da pandemia. De todo modo, o índice se mantém acima da linha divisória de 50 pontos, o que corrobora nosso pensamento de que a indústria segue confiante. Outro ponto importante é que a vacina começou a chegar aos municípios brasileiros, mostrando que a solução para a crise está surgindo. Esperamos retomar as atividades produtivas, almejando o apoio dos governos estaduais e demais poderes, de modo que a economia volte ao rumo de crescimento sustentado e que possamos gerar renda e empregos para nossa região e para o país.

5 QUAL É A FORÇA DO NORDESTE?

O Nordeste tem força *produtiva* e consumidora no país. Dos cerca de 212 milhões de brasileiros, aproximadamente 53 milhões vivem na Região Nordeste. Produzimos, para o restante do Brasil, energias limpas (eólica e solar), temos fruticultura irrigada, produtos agrícolas, petróleo, gás natural, sal marinho, minérios, gesso, pecuária extensiva, turismo, indústria automobilística, indústria petroquímica, indústrias nos setores têxtil, alimentar, calçados, confecção de roupas, entre tantas outras. É importante, também, ressaltar o grande potencial consumidor da região. Como tenho dito, "o Nordeste não é problema, é solução para o Brasil". ■

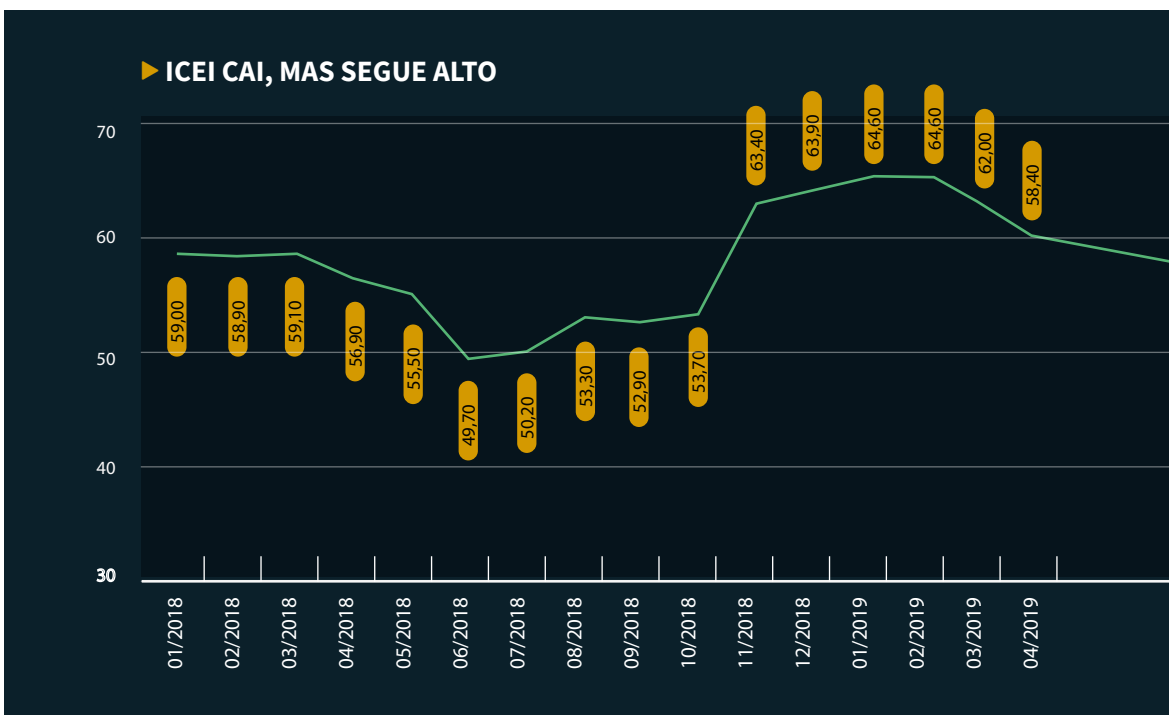
> Entre 2002 e 2017, a participação da região Nordeste no PIB nacional cresceu 1,39 pontos percentuais, saindo de 13,09% para 14,48%, acima da média nacional.
> Fonte: Banco do Nordeste (BNB)

Empresários menos confiantes em 2021

ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL (ICEI) CAIU 2,2 PONTOS EM JANEIRO EM RELAÇÃO A DEZEMBRO E ESTÁ 4,4 PONTOS ABAIXO DO REGISTRADO NO INÍCIO DO ANO PASSADO

Apesar do início da vacinação contra o novo coronavírus em vários países ter começado ainda em dezembro de 2020, não houve injeção de ânimo entre os industriais brasileiros na virada de ano. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), alcançou 60,9 pontos em janeiro de 2021, ficando 2,2 pontos abaixo do registrado em dezembro e 4,4 pontos menor que em igual período do ano passado. O indicador varia de 0 a 100 e todos os valores acima de 50 pontos são considerados positivos. Sua média histórica é de 53,7 pontos.

O início da vacinação no Brasil, em janeiro, pode representar um estímulo para



os próximos meses. Até aqui, contudo, a segunda onda de casos de Covid-19 nos países europeus, nos Estados Unidos e, sobretudo, no Brasil, aumentou o temor da necessidade de novas medidas de isolamento social capazes de impactar fortemente a economia.

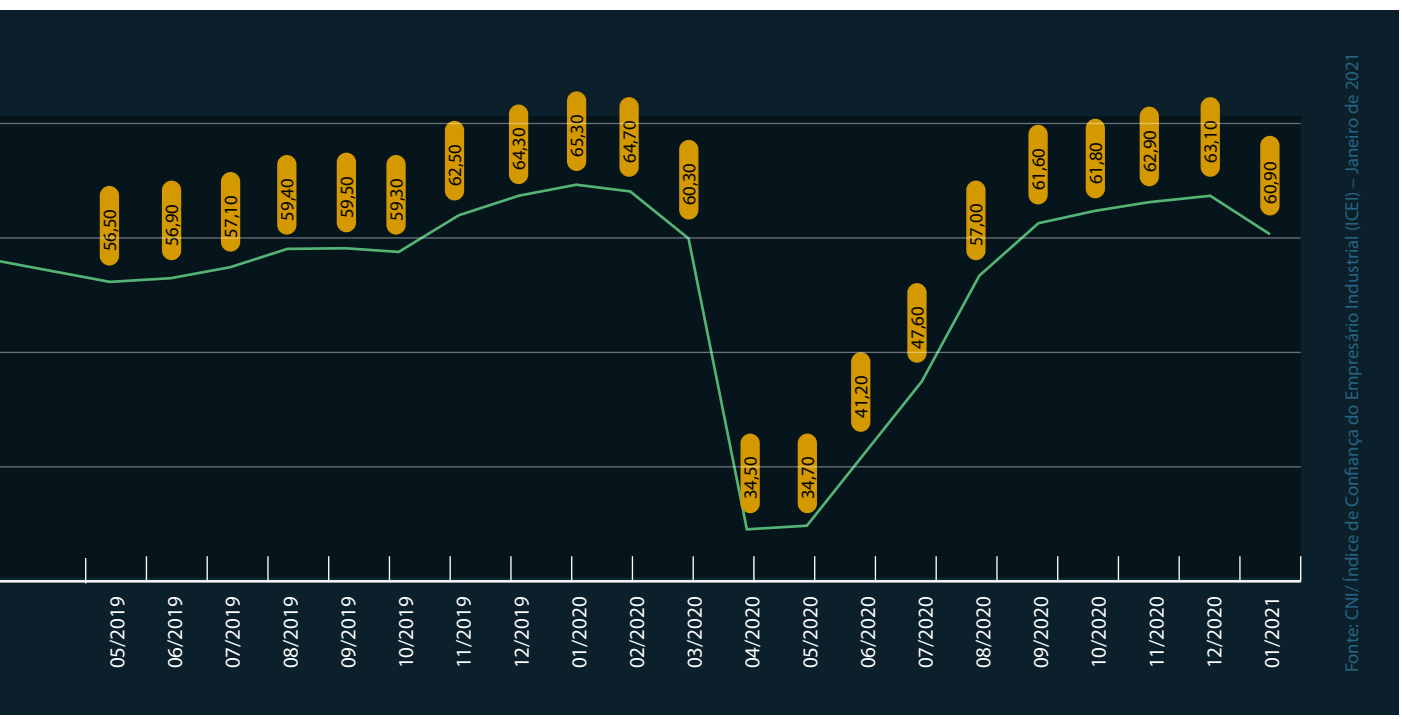
Além disso, o ano começa sem as medidas emergenciais de apoio às empresas e às famílias mais vulneráveis. Segundo o estudo da CNI, tais fatores provavelmente resultaram no recuo da confiança dos empresários. O ICEI atingiu o nível mais baixo para este mês desde janeiro de 2018, quando alcançou 59 pontos.

No entanto, o superintendente de Economia da CNI, Renato da Fonseca, destaca que o indicador continua elevado, distante de 50, que é a linha de corte entre um cenário de confiança e um de desconfiança. "Isso significa que continua a perspectiva de crescimento e que os empresários devem voltar a investir, mantendo esse processo de recuperação gradual que temos atualmente", explica o economista.

O ICEI é formado por dois componentes. O Índice de Condições Atuais registrou uma redução mais notável, de 2,8 pontos entre dezembro e janeiro, passando de 59,5 para 56,7 pontos. Ainda assim, por estar acima dos 50 pontos, indica que houve melhora na situação econômica com relação aos últimos seis meses. O Índice de Expectativas, o outro componente que forma o ICEI, teve redução de 1,9 ponto, caindo de 64,9 para 63 pontos. Assim como o indicador anterior, por estar acima dos 50 pontos, denota que as expectativas dos empresários industriais com relação aos próximos seis meses seguem favoráveis.

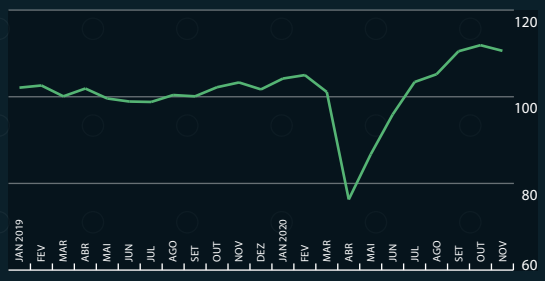
O otimismo do empresário é importante para estimular o aumento da produção, a geração de empregos e, sobretudo, o aumento do investimento, essencial para a retomada do crescimento da economia de todo o país.

Para elaborar o ICEI, foram entrevistadas 1.286 empresas, sendo 491 de pequeno porte, 505 de médio porte e 290 de grande porte, entre os dias 4 e 8 de janeiro. ■



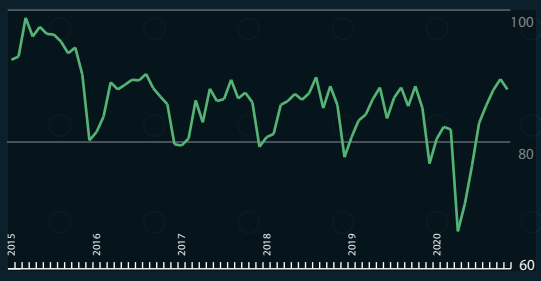
Termômetro

FATURAMENTO RECUA APÓS SEIS MESES DE CRESCIMENTO



Faturamento real dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
fonte: CNI / Indicadores Industriais - Novembro de 2020

ATIVIDADE INDUSTRIAL DESACELERA

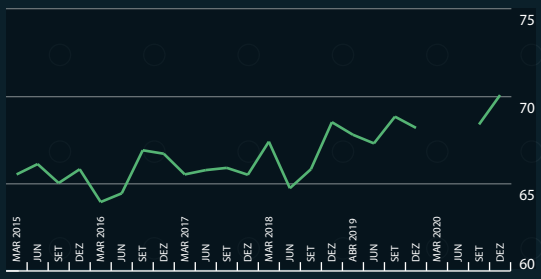


Dessazonalizado (Índice de base fixa: média 2006 = 100)
fonte: CNI / Indicadores Industriais - Novembro de 2020

MEDO DO DESEMPREGO CRESCE EM DEZEMBRO

Índice varia de 0 a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior o medo do desemprego. Não há indicadores para março e junho de 2020 porque a pesquisa não foi realizada nesse período devido à pandemia de Covid-19
fonte: CNI / Medo do desemprego & Satisfação com a vida – Dezembro de 2020

SATISFAÇÃO COM A VIDA ULTRAPASSA MÉDIA HISTÓRICA



Índice varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos significam satisfação com a vida e valores abaixo de 50 pontos significam insatisfação. Não há indicadores para março e junho de 2020 porque a pesquisa não foi realizada nesse período devido à pandemia de Covid-19. Média histórica: 69,6 pontos
fonte: CNI / Medo do desemprego & Satisfação com a vida – Dezembro de 2020

o econômico

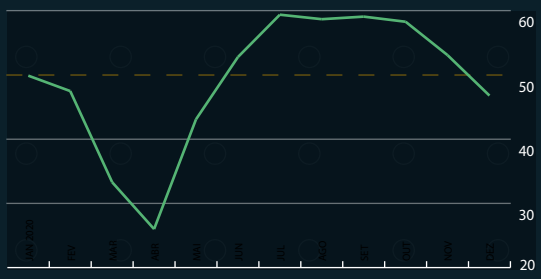
INTENÇÃO DE INVESTIR CONTINUA ALTA

Índice de difusão (0 a 100 pontos). Quanto maior o índice, maior a propensão a investir da indústria
fonte: CNI / Sondagem Industrial - Dezembro de 2020

CONFIANÇA DO CONSUMIDOR É MAIOR NO NORTE E NO CENTRO-OESTE

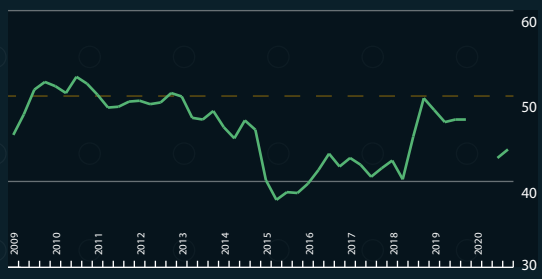
Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do consumidor. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança
fonte: CNI / Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) - Dezembro de 2020

ATIVIDADE INDUSTRIAL FRACA EM DEZEMBRO



Indicadores variam no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual. Valores abaixo de 50 indicam queda, estoque abaixo do planejado ou utilização da capacidade instalada abaixo do usual
fonte: CNI / Sondagem Industrial - Dezembro de 2020

CONFIANÇA DO CONSUMIDOR AINDA ABAIXO DE 50 PONTOS



Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do consumidor. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança. Não há indicadores para março e junho de 2020 porque a pesquisa não foi realizada nesse período devido à pandemia de Covid-19. Média histórica do INEC: 46,0
fonte: CNI / Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) - Dezembro de 2020

Giro Brasil

▸ INDÚSTRIA MARANHENSE RUMO AO ESPAÇO

A iniciativa privada do Maranhão vai contribuir na construção do *Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara*. Os passos iniciais foram definidos em reunião realizada no dia 21 de janeiro na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA). Além de impulsionar a infraestrutura da região, o governo federal estima que o desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara vai estimular, em 2040, a formação de um mercado local avaliado em mais de US$ 40 bilhões por ano, sendo responsável por pelo menos 1% do mercado global do setor.

◂ FIERGS E CONSULADO DOS EUA ALINHAM AGENDA DE AÇÕES

Em reunião realizada no dia 20 de janeiro no consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre, o presidente da FIERGS, Gilberto Porcello Petry, alinhou uma agenda de ações conjuntas para fortalecer a cooperação entre a indústria gaúcha e os Estados Unidos. O objetivo é aproximar negócios e promover a atração de investimentos estadunidenses por meio de diferentes fundos de investimento privado. Em 2020, o estado exportou US$ 1,2 bilhão para o mercado americano, o que faz dos Estados Unidos o segundo maior parceiro comercial dos gaúchos.

APESAR DA CRISE, EXPORTAÇÕES DO ACRE SOBEM

As exportações do estado do Acre subiram 3,5% no valor e 13,6% no volume em 2020. O resultado vai na contramão dos dados nacionais, que caíram 6,1%. Os principais setores responsáveis pelos R$ 175 milhões exportados pelo Acre foram o madeireiro (38,7%), o de produtos cárnicos e seus derivados (26,3%), o de produtos da agricultura (20,9%), o de peles de couro (6,7%) e o de alimentos industrializados (2,2%). Os maiores parceiros comerciais do Acre foram Hong Kong, Peru, Estados Unidos, Bolívia, Holanda e China.

SENAI-DF ABRE O ANO COM 2,9 MIL VAGAS PARA CURSOS GRATUITOS

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (SENAI-DF) iniciou 2021 com 2,9 mil vagas abertas para cursos gratuitos nas suas unidades em Brasília. Desse total, 70% são oferecidas por meio do programa *DF Inova Tech*, uma parceria do SENAI com o governo local. As demais vagas fazem parte do *Programa SENAI de Gratuidade Regimental*. Há oportunidades em cursos de diferentes áreas, tais como automotiva, eletroeletrônica, gestão, gráfica, mídias digitais, tecnologia da informação e vestuário.

ALAGOAS MARCA PRESENÇA NA ETAPA INTERNACIONAL DA *OLIMPÍADA DE ASTRONOMIA*

Três estudantes da rede SESI e SENAI de Alagoas se classificaram para a etapa internacional da *Olimpíada de Astronomia*. O resultado foi alcançado na *Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica*, realizada pela Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) e pela Agência Espacial Brasileira (AEB). Ao todo, os alunos alagoanos do SESI e do SENAI conquistaram dez medalhas na edição nacional: três ouros, duas pratas e cinco bronzes. O mundial contará com a participação de 45 jovens de todo o Brasil.

▲
Estudantes, especialistas e dirigentes participam da formatura da primeira turma do Novo Ensino Médio, em cerimônia transmitida por videoconferência

Pioneirismo na transformação do ensino médio

PRIMEIRA TURMA DO NOVO ENSINO MÉDIO DO BRASIL CONCLUI ESTUDOS COM DIREITO A DUPLA CERTIFICAÇÃO. MODELO DE ENSINO IMPLEMENTADO PELO SESI E PELO SENAI JÁ ESTÁ PRESENTE EM 22 ESTADOS E NO DF

Um novo capítulo da educação brasileira teve início no dia 29 de janeiro de 2018, em Aparecida de Goiânia-GO, com o início das aulas do Novo Ensino Médio (NEM) na escola local do Serviço Social da Indústria (SESI). Poucos dias depois, cidades do Espírito Santo, da Bahia, do Ceará e de Alagoas também inauguraram as primeiras turmas com o novo currículo, em iniciativas pioneiras do SESI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Três anos depois, 198 estudantes foram diplomados não apenas com o tradicional certificado de conclusão do ensino médio, mas também como técnicos em Eletrotécnica. Eles inauguraram o chamado Itinerário V, que associa o ensino regular à formação técnica e profissional, implementado pelo SESI e pelo SENAI logo após a aprovação da nova Lei do Ensino Médio (Lei 13.415/2017).

"Por mais de um século, tivemos um mesmo modelo de ensino, que não acompanhou as mudanças tecnológicas e as necessidades do mercado de trabalho e da indústria. O Novo Ensino Médio é a revolução desse modelo, possibilitando aos jovens experimentarem e construírem planos para o futuro profissional", afirma o diretor-superintendente do SESI e diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi.

Estabelecido pela Lei 13.415/2017, o Novo Ensino Médio prevê aumento da carga horária anual, de 2.400 horas para 3.000 horas, composta em 60% pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em 40% pelos itinerários formativos: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional.

Os alunos dessa primeira turma estudaram gratuitamente e 81,5% vieram de escolas públicas. O projeto foi se ampliando e, em 2020, o Novo Ensino Médio (NEM) foi ofertado em 78 escolas do SESI e do SENAI em todos os estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, totalizando 22 unidades da Federação, além do Distrito Federal. Foram mais de 6.538 estudantes matriculados em 139 turmas.

Entre eles está a alagoana Kettlen Rocha, de 17 anos. Para ela, o mais surpreendente no novo modelo de ensino foi o estímulo dos professores à criatividade, aos debates e ao desenvolvimento de habilidades e competências. "Eram muitos trabalhos e a gente sempre tinha algo para fazer, para nos estimular. Eu aprendi na escola que a gente tem que sair da caixinha, trazer algo mais", conta.

A mãe de Kettlen, Jedsa Rocha, também comemorou a participação da filha no projeto-piloto. "Eu achei ótima a base profissional que ela recebeu. Sinto que isso abriu um leque de oportunidades", valoriza.

O curso de Eletrotécnica foi escolhido para as primeiras turmas após pesquisa de avaliação de demanda nacional por profissionais na indústria. Por atuar em diferentes segmentos com manutenção, projeto e execução elétrica e eletrônica, o técnico em eletrotécnica é um dos mais requisitados, com salário que varia entre R$ 1.700 e R$ 3.390.

A formação se faz ainda mais necessária tendo em vista que 44,2% dos brasileiros de 14 a 17 anos de idade e 31,4% dos de 18 a 24 anos estão desempregados e em busca de trabalho.

"Caí de paraquedas no curso técnico, mas ele foi extremamente importante para me preparar para o mercado de trabalho e me ajudou a decidir que curso fazer na faculdade", conta a baiana Laura Siqueira, de 17 anos, que começará a graduação em Engenharia Civil em março.

De Aparecida de Goiânia, Alberto Junio Novaes, de 18 anos, ainda tem dúvidas sobre a carreira a trilhar. A certeza é de que as aulas no SESI ajudaram em seu desenvolvimento. "Fazíamos muitos trabalhos em grupo e apresentações. Aprendi a me expressar muito melhor", destaca.

Há mais de sete anos trabalhando no SENAI, o instrutor Gabriel Queiroz recebeu a proposta de participar do projeto-piloto como um importante desafio em sua carreira. Pela primeira vez ele precisou planejar as aulas do curso de Eletrotécnica em parceria com outros profissionais de educação e para um público jovem e mais homogêneo.

"Foi tudo novo não só para mim, mas para todos os docentes, pois o desafio de integrar de verdade é muito grande. Uma coisa é a interdisciplinaridade, mas a integração que a gente compôs junto foi algo contínuo", destaca o instrutor do SENAI de Feira de Santana, na Bahia.

EVASÃO ESCOLAR

Um dos principais fatores para a evasão escolar no ensino médio é a falta de renda, o que obriga muitos jovens a abandonarem os estudos para trabalhar. É por isso que o itinerário formativo técnico-profissional pode contemplar o estágio e a aprendizagem, de modo a auxiliar o jovem a ingressar no mercado de trabalho e a obter renda.

No Brasil, menos de 10% dos estudantes do ensino médio fazem educação profissional, enquanto este índice é de 48% nos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A formação confere ao aluno competências ligadas à indústria do futuro, o que contribui para sua empregabilidade e capacidade de inovação e, consequentemente, ajuda a aumentar a produtividade do país. ■

◂ *Eu aprendi que a gente tem que sair da caixinha", diz a alagoana Kettlen Rocha, de 17 anos*

A opinião de articulistas convidadas e convidados não necessariamente reflete a da CNI.

▲
Diretora de Pessoas e Inovação da ArcelorMittal

Inovação centrada nas pessoas como diferencial estratégico

por PAULA HARRACA

Vivemos em um mundo em constante transformação e, neste cenário de mudanças aceleradas, não inovar tem se tornado cada vez mais um risco real de sobrevivência para as organizações. Nessa corrida pela inovação, muitas vezes concentramos nossos esforços e investimentos em tecnologias e esquecemos que os verdadeiros responsáveis pela transformação são as pessoas.

Com base nisso, tenho buscado identificar e conceituar os parâmetros que sustentam o que acredito ser o caminho mais autêntico para as organizações evoluírem nessa jornada. Elenco, abaixo, os 5Cs como uma forma de abarcar o que precisa ser contemplado.

O ponto de partida é ter em mente qual é a sua **CAUSA**. Para que a sua empresa existe? Qual contribuição quer fazer para a sociedade? Organizações surgem justamente a partir dessas questões e é natural que elas continuem definindo as estratégias e guiando os caminhos a serem seguidos.

O passo seguinte é buscar um conhecimento profundo e um entendimento empático sobre quem são os seus **CLIENTES**. O que é valor para eles? O que você tem a oferecer está alinhado com o que eles precisam? Análises cuidadosas e contínuas permitem a perenidade dos vínculos estabelecidos.

Para poder materializar a causa numa proposta de valor que tenha o foco do cliente, é fundamental contar com um time de **COLABORADORES**, pessoas que estejam motivadas, preparadas e engajadas a entregar soluções, produtos e/ou serviços que ofereçam a melhor experiência aos clientes. É importante, também, cuidar da cultura organizacional. São comportamentos, sistemas e símbolos que refletem aquilo que é valor para a organização. Isso tudo, e mais o estímulo à "mentalidade do aprendiz" (learning mindset), trará diferenciação à sua estratégia e poderá abrir novas possibilidades.

Como parte essencial do ecossistema, as organizações devem se envolver nas questões relevantes para as **COMUNIDADES** onde estão inseridas. São elas que acolhem e convivem no dia a dia com a sua empresa, são impactadas pelas atividades e podem criar, juntas, um mundo melhor.

Por fim, cuide do seu **CAPITAL**. Os investidores e acionistas são a força motora para que o negócio saia do papel e cresça de forma consistente.

No momento atual, em que a velocidade, a hiperconectividade e a transparência são as novas moedas da economia, oferecer uma proposta de valor genuína, centrada nas pessoas, e estar conectado com o ecossistema ao redor torna-se ainda mais essencial. Esse é o novo mundo, que veio para ficar, e o convite está aberto para todos. Vamos embarcar? ■

Revista Indústria Brasileira
Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI

▸ DIRETORIA

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS
Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva; Francisco de Assis Benevides Gadelha; Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES
Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban; Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO
Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO
José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO
Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO
Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO
Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES
Roberto Magno Martins Pires; Ricardo Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira; Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho; José Henrique Nunes Barreto; Nelson Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

▸ CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Irineu Milanesi.

MEMBROS SUPLENTES
Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco
de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
Ana Maria Curado

Superintendência de Jornalismo
CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE
José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO
Rodrigo Caetano

GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIAS SOCIAIS
Mariana Flores

Desenvolvimento e Produção

▸ FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL
Wladimir Gramacho

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rachel Mello (DF 3877/95)

REPORTAGEM
Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães, Ana Flávia Flôres e Marina Simon.

PROJETO EDITORIAL
Guto Rodrigues

REVISÃO DE TEXTO
Renata Portella

CAPA
GettyImages

Informações técnicas:
tel (61) 3317-9472
fax (61) 3317-9456
revistacni@cni.org.br
Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

É NO PRESENTE QUE A CNI CONSTRÓI O FUTURO DA INDÚSTRIA E DO TRABALHO.

O mundo muda a todo instante, numa velocidade cada vez maior. Novas tecnologias, novos profissionais e um mercado global ainda mais competitivo exigem indústrias mais ágeis e inovadoras todos os dias. Estar preparado é imprescindível. Esse é o papel fundamental da CNI. Ajudar as indústrias brasileiras a acompanharem esse novo momento contribui para que o futuro da indústria também passe por aqui. É bom para o Brasil. É bom para todos. É bom para você.

A CNI está construindo hoje o futuro da indústria.

Saiba mais em www.cni.com.br

/cnibrasil /cni_br /cnibr /cniweb /cni-brasil

CNI

Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA